

PROJETO DE LEI N° /2013 (Do Sr. Deputado Nelson Marquezelli)

Altera a Lei n°12.869, de 15 de Outubro de 2013, acrescentando o inciso VII ao artigo 3°.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

	O Art. 3º da Lei nº12.869, de 15 de Outubro de 2013, passa a lo seguinte dispositivo:
"Art 3°	
VII-	Em caso de falecimento de permissionário ou correspondente para comercializar as loterias administradas pela Caixa
	Econômica Federal será transferida a permissão a seus sucessores legítimos, nos termos dos arts. 1.829 e seguintes

Art 2° Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

de janeiro de 2002 (Código Civil)."

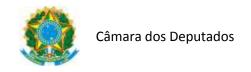
do Título II do Livro V da Parte Especial da Lei nº 10.406, de 10

JUSTIFICATIVA

O Poder Executivo acaba de sancionar a Lei nº 12.869, de 15 de Outubro de 2013, que dispõe sobre o exercício da atividade e a remuneração do permissionário lotérico, substancial reivindicação de todos os lotéricos de todo Brasil.

A Lei veio preencher um vazio legiferante em setor importante para a geração de emprego e a melhoria da qualidade do atendimento as camadas mais necessitadas do serviço lotérico.

Historicamente o lotérico e a sua função social tem trazido inúmeros benefícios para centenas de municípios que não contam, sequer, com uma agência bancaria, só restando o trabalho das agências lotéricas para cobrir esse braço financeiro nos municípios brasileiros.



Foi-se o tempo em que os correspondentes lotéricos só vendiam bilhetes e sonhos da riqueza fácil através dos prognósticos de concursos realizados pela Caixa Econômica Federal.

Hoje os correspondentes lotéricos são verdadeiras agências bancárias, recebendo valores, disponibilizando recursos da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

Esses serviços melhoraram o acesso do povo brasileiro às novas "instituições bancarias". Em contrapartida trouxe a violência urbana, em forma de assaltos e latrocínios em centenas de agências lotéricas. As estatísticas provam que mais de 60% do controle das agências lotéricas são de cunho familiar. E em caso de falecimento do titular dessa permissão, por meios violentos ou não, a família fica totalmente desamparada com a retomada da permissão pela Caixa Econômica Federal, principalmente pelo aspecto jurídico que determina o caráter personalíssimo do contrato ao permissionário.

Para tanto, nobres pares, tenho a liberdade de apresentar o projeto de lei, que acrescenta um novo inciso no artigo 3° da Lei nº 12.869, de 15 de Outubro de 2013, determinando que, em caso de falecimento de permissionário ou correspondente para comercializar as loterias administradas pela Caixa Econômica Federal, o direito será transferido a seus sucessores legítimos, nos termos dos arts. 1.829 e seguintes do Título II do Livro V da Parte Especial da Lei N° 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Espero o apoio decisivo dos permissionários lotéricos, para esse pleito justo.

Sala das Sessões em, de de 2013

Deputado Nelson Marquezelli PTB / SP